



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

Diálogos

Multissindicais

Jornal digital mensal do Fonacate

Edição 02 - 03/08/2023

**Governo apresenta propostas
insuficientes na Mesa Nacional de
Negociação Permanente (MNNP)
nas duas rodadas de negociações
já ocorridas**



**Em virtude dos resultados até
aqui da MNNP, o Fonacate indica
o fortalecimento da mobilização:
veja nesta edição!**



**AGENDA: Veja algumas das
atividades do Fonacate e das
entidades afiliadas programadas
para as próximas semanas**

Carta ao leitor

Ficou claro que a negociação dos servidores públicos federais com o governo não será fácil. Nas duas primeiras reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), realizadas nos dias 11 e 25 de julho, foram muitos os argumentos apresentados e as alternativas oferecidas pela bancada sindical em relação às pautas salarial e não salarial. Todavia, até o momento, poucas foram as sinalizações de encaminhamento com vistas à efetivação dos pleitos, mesmo aqueles não pecuniários, por parte do Executivo.

Quanto à pauta salarial, o MGI havia prometido um posicionamento ao funcionalismo, porém o terceiro encontro de trabalho da MNNP, marcado para 4 de agosto, foi adiado para o próximo dia 10, o que demonstra a dificuldade do governo de chegar a uma proposta. Os servidores, por sua vez, já reivindicaram que o percentual de reajuste seja resolvido no âmbito da mesa antes do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 ao Parlamento.

Como o leitor poderá acompanhar nas próximas páginas desta edição com mais detalhes, restou evidente neste primeiro momento a falta de devolutivas satisfatórias às carreiras. Neste sentido, o Fonacate intensificará a campanha salarial e conclama o crescimento da mobilização de todas as carreiras a partir de agora.

Boa leitura!

Governo Federal apresenta propostas insuficientes na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)

1) Reajuste Salarial Geral

O governo ficou de apresentar uma proposta no dia 4 de agosto, mas adiou a reunião para o dia 10 do mesmo mês.

2) Equiparação dos Benefícios aos Poderes Legislativo e Judiciário

Mesma situação do item 1.

3) Fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

Mesma situação do item 1.

4) Revogação do Decreto nº 10.620/2021

O governo não avançou em

nada nesse ponto. Apenas prometeu (promessa apenas verbal, sem compromisso nenhum por escrito) que as transferências de servidores para o INSS estão suspensas. Nossa proposta é muito mais completa que isso: exigimos a revogação definitiva do Decreto nº 10.620/2021, a reversão das transferências já efetivadas dos aposentados e pensionistas para seus órgãos de origem e a discussão de uma nova Lei Complementar sobre o assunto com a participação do Fonacate e outros representantes dos servidores federais.

5) Adoção plena da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O governo admitiu a importância de se discutir tal item, mas não apresentou nenhuma proposta concreta ou calendário de discussão.

Pleiteamos mais uma vez a adoção plena da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical do serviço público. Nesta linha, entendemos ser necessária a definição de uma data-base pelo governo federal. Além disso, opinamos no sentido de os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho serem, respectivamente, as instâncias Regionais e Nacional para julgarem os dissídios, mediarem as negociações e exercerem quaisquer outros papéis necessários para a construção do sistema de

negociação coletiva.

6) Alterações na Instrução Normativa nº 2/2018

O governo apresentou para a maioria das sugestões de mudanças que foram feitas pelo Fonacate apenas a seguinte informação: o item ainda precisa de mais estudos, ou seja, o governo vai deixar para uma outra reunião a busca de respostas para as propostas feitas. Logo, o item ficou inconclusivo.

7) Revogação da Instrução Normativa nº 54/2022

Esta norma trata de questões ligadas à greve dos servidores públicos federais, mas exacerba o contido na Lei e na decisão do STF sobre o assunto. O governo não quer revogar a referida norma, acenou com mudanças em alguns pontos, porém outros ainda precisam ser melhor analisados para então serem apresentados na próxima reunião.

8) Liberação de dirigentes clas- sistas com ônus financeiro para o Estado.

Para tanto, será necessária alteração no art. 92 da Lei nº 8.112/90. O governo avisou que tem estudado o assunto e na próxima reunião vai tentar trazer uma proposta (menor do que o Fonacate está pedindo em termos de quantidade de servidores). Insistiremos, portanto, com a proposta original de que todos os atuais liberados com ônus financeiro para as próprias entidades passem a ser pagos pelo Estado Brasileiro.

9) Mesas Específicas de Carreira

O governo indicou a abertura das mesas, mas apenas para agosto, sem dizer a data exatamente, deixando apenas como uma sinalização vaga.

O Fonacate propôs, em paralelo à Mesa Nacional de Negociação Permanente, a criação de Mesas Específicas de Carreira, a fim de

atender às necessidades de reestruturação de cada uma das diversas carreiras do serviço público federal. Até o momento, nenhuma Mesa Específica foi aberta. A ideia do governo é de que sejam iniciadas em agosto, mas não foi definida a data ainda. A nossa proposta é de que seja garantida a possibilidade de abrir Mesas Específicas de Carreira para todas as entidades que o solicitarem oficialmente.

10) Outros Itens

Se os avanços para os 9 itens acima foram tímidos, o que se falar sobre o restante da Pauta apresentada? Sequer foi tocada! Ainda não foram aceitas as solicitações do Fonacate em conversar a respeito da nova Instrução Normativa sobre o teletrabalho, da retirada do Projeto de Lei Geral de Concursos da pauta do Congresso Nacional, da revogação de algumas outras normas nocivas aos trabalhadores, da regulamentação necessária ao Benefício Especial, entre outras pendências.

AGENDA

FONACATE

8 de agosto

14h30 - Assembleia Geral do FONACATE - presencial

Local: sede do Fonacate

SINAL

16 de agosto

14h30 - Live sobre Previdência

Virtual: youtube.com/apitotv

ANFFA SINDICAL

ForBeer - FEIRA PARA A INDÚSTRIA DA CERVEJA

SEDAGRO BEBIDAS - SEMINÁRIO SOBRE DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: atualizar o debate sobre temas voltados aos aspectos técnicos e legais para a produção de cervejas.

Local: Pro Magno Centro de Eventos

Av. Professora Ida Kolb, 513 - São Paulo / SP

Participação gratuita - Vagas limitadas

PROGRAMAÇÃO

8 de agosto

15h às 16h

**ABERTURA – O PAPEL DA AUDITORIA FISCAL EM
CERVEJARIAS E PRODUTOS CERVEJEIROS**

Janus Pablo – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA SINDICAL)

Gilberto Tarantino – Presidente da Associação Brasileira das Cervejarias Artesanais (ABRACERVA)

Marcio Maciel – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV)

16h às 17h

APRESENTAÇÃO DO ANUÁRIO DA CERVEJA

Hugo Caruso – Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV/MAPA)

AGENDA

9 de agosto

15h às 15h30

DA PRODUÇÃO AO CONSUMIDOR: DESAFIOS JURÍDICOS
NA INDÚSTRIA DE CERVEJA

Loyanna Menezes – Sócia-Diretora Executiva do Abi-Ackel
Advogados Associados

15h30 às 16h

REGISTRO DE CERVEJARIAS E SEUS PRODUTOS NO MAPA

Vitor Campos de Oliveira - Coordenador-Geral Substituto de
Vinhos e Bebidas

16h às 17h

PERGUNTAS E RESPOSTAS(CGVV/DIPOV/MAPA)

10 de agosto

15h às 16h

PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA CERVEJA

Carlos Eduardo Zuim - Auditor Fiscal Federal agropecuário
(UTRA-Araçatuba)

16h às 17h

PERGUNTAS E RESPOSTAS

A reprodução de partes deste Jornal ou mesmo da íntegra é não só permitida como recomendável, desde que citada a fonte.



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

SRTVN Qd 702 Bloco P Edifício Brasília Rádio Center, Ala B,
1º andar salas 1029 a 1031. CEP: 70.719-900. Brasília - DF